

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data 29.05.77 Pg.: 04

Desconfiança cerca o Pacto Amazônico

CARLOS CONDE
 Da sucursal de Brasília

Alguns países da América amazônica começam a ficar preocupados com as primeiras e fortes resistências internas, no Brasil, à formação do chamado Pacto Amazônico. Esse pacto, de iniciativa brasileira, teria o objetivo de explorar em conjunto a Amazônia, que é compartilhada por mais sete países, além do Brasil: Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Suriname e Guiana.

A preocupação de algumas nações amazônicas, identificada junto às suas embaixadas em Brasília, só é amenizada por uma circunstância: o passado até agora por seis países (a Venezuela ainda não aderiu) é meramente preliminar, permitindo que o "sim" comunicado ao Itamaraty possa ser eventualmente transformado em "não". Os diplomatas desses países fazem questão de esclarecer que o Brasil lhes fez, até agora, apenas uma consulta prévia, sobre a conveniência ou não do aproveitamento comum da Amazônia. Eles concordaram em princípio com a idéia geral, mas não se obrigaram com esse passo a um compromisso definitivo; estão, no momento, buscando em empoeiradas prateleiras velhos estudos sobre a Amazônia, na área que lhes diz respeito. E sabem que o projeto do pacto somente se oficializaria com a constituição de um organismo para o qual fossem canalizadas as idéias que cada um tem a respeito da ampla e complexa região.

Os países que externam discretamente suas preocupações empenham-se, neste momento, em saber até que ponto a iniciativa do Pacto Amazônico possui um consenso brasileiro e se é realmente um projeto para ser levado até às últimas consequências.

AS RESTRIÇÕES

As restrições internas ao pacto estão tendo no senador Luiz Viana Filho o seu grande advogado. E para os diplomatas estrangeiros com interesses no pacto esse fato merece muita atenção. Eles lembram que o senador Viana não é "um parlamentar qualquer". Além de estar integrado no partido do governo, ele possui larga representatividade e autoridade no esquema revolucionário, tendo ocupado a chefia da Casa Civil do ex-presidente Castello Branco e governado a Bahia. Sua voz, assim, tem que ser ouvida com muito respeito no corpo diplomático e seus argumentos pesados e medidos.

Em importante discurso no Senado, Luiz Viana Filho defendeu a tese de que o pacto amazônico não pode ser aceito como "uma política de fatos consumados", porque suas consequências se projetarão até um futuro muito distante. Segundo ele, a iniciativa do pacto não pode ser apoiada antes do

consenso nacional, inclusive porque na ordem externa os erros são "definitivos e irreversíveis".

O senador pergunta se há realmente bons motivos para trocar o atual regime de tratados bilaterais na Amazônia, "sempre mais fáceis e flexíveis", por um tratado multinacional. Ele quer saber se há vantagens sérias em substituir a atual soberania brasileira sobre uma ampla área da Amazônia pela condição de simples voto entre sete outros. Hoje — diz Viana — "somos soberanos indiscutíveis e indiscutidos" na área, mas amanhã poderíamos ser apenas "um sócio minoritário da grande empresa". O que, seguramente, manietaria a ação da Sudam.

Citando Bryce, que identificou "responsabilidades especiais" do Brasil na Amazônia, o senador governista solicitou um "amplo debate nacional" para que o país conheça os objetivos e vantagens de se dar um passo diplomático da envergadura do Pacto Amazônico. Temendo a repetição de precedentes históricos nada animadores, Luiz Viana Filho lembra o episódio do Território das Missões. Como signatário do tratado de Montevideu, o Brasil entregaria à Argentina todo esse território, o que significaria o isolamento brasileiro em relação ao Rio Grande do Sul. Sabidamente, porém, o Congresso repeliu o tratado.

VOZ OFICIAL

Na pouca luz que escapa do mundo de segredo e mistério em que o Itamaraty esconde hoje o futuro internacional do Brasil é possível adivinhar alguns argumentos que inspiraram a idéia do pacto.

Um desses argumentos é que o aproveitamento conjunto da região amenizaria os temores alimentados por algumas das nações vizinhas da Amazônia com respeito às ambições hegemônicas do Brasil. Periodicamente, preocupados "estrategistas" vizinhos sonham com o Brasil projetando a sua crescente influência por cima das fronteiras e ameaçando os valores tradicionais de cada país. Os sinais tranquilizadores do Itamaraty, exaustivamente repetidos, não conseguiram até hoje aplacar essas dúvidas. O Pacto Amazônico, porém, seria o argumento definitivo que a Chancelaria brasileira brandiria diante de suas congêneres da América Amazônica. Um diplomata brasileiro dá um exemplo simples para mostrar os benefícios: "Se um vizinho está pensando que eu vou invadir a casa dele, a melhor coisa que eu posso fazer é convidá-lo para realizarmos, juntos, benefícios comuns aos dois imóveis".

Alcançado esse êxito político, a prática mostraria outras vantagens: os recursos naturais comuns poderiam ter melhor aproveitamento com a exploração e o

uso conjunto, só permitidos se cada um dos oito países interessados fizer concessões mútuas. O pacto consagraria essas intenções e a Amazônia se transformaria num amplo condomínio.

Em termos mais gerais, o Pacto Amazônico funcionaria também como um oportuno fato consumado para fulminar velhos projetos de internacionalização da área, pelas suas características excepcionais de "pulmão do mundo". Estabelecida em termos bem enfáticos a soberania regional, por um bloco de oito países, seria difícil a progressão de iniciativas que transformassem a Amazônia numa área nobre para uso internacional.

VENEZUELA

De momento, a idéia do pacto vive das consultas prévias que o Brasil está fazendo, para que cada um dos países interessados manifeste suas reais intenções na área. Obtido o "sim" de seis países, falta a resposta venezuelana. E nesse aspecto, entendemos que o assunto está sendo mal conduzido pelo Itamaraty. A demora da resposta de Caracas é facilmente explicável. Ela se insere no contexto mais amplo das frias relações atuais entre os dois países, do que — diga-se a bem da verdade — o Brasil tem pouca culpa. Esse ar de distanciamento foi criado pelo governo da Venezuela e a ele caberá, evidentemente, a iniciativa da reaproximação.

O que não cremos é que o Brasil deva agravar esse quadro de discordância. A atitude correta, para corresponder à tradição de prudência do Itamaraty, seria permanecer à espera do reencontro com a Chancelaria de Caracas. Por isso, não entendemos como uma alta fonte do Itamaraty vem a público dizer que "o pacto sairá com ou sem a Venezuela, porque a participação dela na Amazônia é muito pequena". A afirmativa foi feita no dia 25 de abril, na residência do embaixador de Portugal, e só serviu para exacerbar ainda mais os ânimos entre Brasília e Caracas.

É evidente que a Venezuela, até por seu próprio interesse, deverá aderir à idéia do Pacto Amazônico, se o projeto vingar. A negativa a deixaria isolada e isso não convém a um país com notórias ambições de liderança subcontinental. Mas, de seu lado, o Brasil deve saber que o pacto sobreviveria com uma falha original insanável sem a presença de um país importante da área como a Venezuela. A adesão virá, certamente, no âmbito maior do degelo diplomático entre as duas chancelarias. Antes disso, cabe explicar à nação brasileira, com clareza, os verdadeiros objetivos do Pacto Amazônico, amainando simultaneamente as preocupações que já se levantam em alguns países interessados na idéia.

No Brasil, os especialistas lamentam não ser ouvidos

Do correspondente em **BELÉM**

A criação de um organismo internacional para coordenar e definir uma política comum sobre a Bacia Amazônica, semelhante ao tratado da Bacia do Prata, poderá significar o final do longo período de isolamento em que ainda hoje se encontram os principais órgãos de pesquisa da região, que não dispõem de intercâmbio de informações básicas. Poderá trazer também respostas imediatas a problemas como o controle da fauna e da flora, a fiscalização do contrabando na fronteira e acordos que permitam a exploração "econômica e racional" de bens representativos da Amazônia, como a madeira.

Sobre esses aspectos, sobretudo, têm coincidido as opiniões de estudiosos e técnicos dos principais organismos governamentais com atuação na Amazônia, que observam com atenção e aguardam com ansiedade o desenrolar das negociações da Chancelaria brasileira para a formação do chamado Pacto Amazônico, mas, também, com reserva e preocupação, pois nenhum deles ou dos órgãos a que

pertencem foi chamado a opinar, discutir e sugerir opções que consideram importantes.

A própria Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, segundo esses técnicos, tem tido suas pesquisas limitadas devido à inexistência dessa troca de informações entre os países que compõem a bacia. Exemplificando: toda a calha da Bacia Amazônica localiza-se em território brasileiro, enquanto as nascentes dos seus rios ficam fora dos limites do País. O estudo do que ocorre nas nascentes (como grandes desmatamentos) "é de maior importância para que se determine o regime das cheias dos rios amazônicos", mas os técnicos da Sudam oficialmente, desconhecem o que lá se passa.

"Na verdade, ouve-se muito sobre desmatamento nos Andes peruanos, nas cabeceiras do rio Amazonas, mas faltam dados concretos. Como, então, atribuir à devastação florestal nos Andes as últimas grandes cheias do Amazonas?" — pergunta um técnico da Sudam.

CONVÊNIO

Acredita-se que as encontros periódicos dos

grandes rios da região obedecem "a condicionantes bem mais complexas" que o simples desmatamento. Contudo, os técnicos admitem que se grandes áreas marginais a rios como o Amazonas forem desmatadas em suas nascentes, sedimentos seriam levados para os rios da Amazônia brasileira, contribuindo para o assoreamento dos canais. Como o fluxo das águas permaneceria o mesmo, haveria inundações mais sérias nas áreas de várzea.

Técnicos da Sudam acreditam mesmo que não seria possível estabelecer o regime das cheias dos rios da Amazônia, "enquanto os dados hidrometeorológicos de toda a bacia, sobretudo das nascentes, para todo o território brasileiro, não forem reunidos", o que ainda não é possível. Existe um convênio com o PNUD (programa das Nações Unidas) nesse sentido, mas só dentro de três anos o acordo estenderá suas atividades às consultas internacionais. Além disso, o projeto ainda não chegou a funcionar como se previa, apesar de criado em 1974 só na próxima semana chegará ao Brasil o representante internacional indicado pela ONU para seu acompanhamento.